...Continuação

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Normas que entrarão em vigor após 2023:

• Circular SUSEP nº 678/2022 – Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

• Resolução CNSP nº 448/2022 – Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados às provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (impairment); e (iii) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

A adoção dos normativos acima, considerando as melhores estimativas, não ocasionará impacto no patrimônio líquido da Entidade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.

Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos:

Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes;

Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade.

Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2023**	**2022**
Pecúlio	(123)	(79)
Pensão	(0)	(12)
Total	(123)	(91)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2023**	**2022**
Aposentadoria	(28)	(49)
Pensão	(956)	(911)
Total	(984)	(960)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

	Contribuição bruta	
UF	**2023**	**2022**
AC	57	55
AL	91	83
AM	208	205
AP	106	103
BA	234	223
CE	252	240
DF	276	258
ES	70	73
GO	110	101
MA	138	124
MG	237	231
MS	178	173
MT	95	88
PA	415	403
PB	152	168
PE	347	344
PI	61	61
PR	162	159
RJ	1.823	1.805
RN	183	198
RO	91	89
RR	126	117
RS	629	589
SC	182	181
SE	69	66
SP	307	292
TO	5	4
	6.604	**6.433**

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo Santander RT, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,0008%, Stress PL diário de 0,456%. A atual composição da carteira é composta por Títulos Públicos.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 6,03% e Stress PL diário de 0,26% com consumo limite de 26,26%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Patrimônio social	**25.915**	**25.870**
(-) Despesas antecipadas	(43)	(42)
(-) Ajustes contábeis	**(43)**	**(42)**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	384	315
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	227	178
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**611**	**493**
PLA de nível 1	**25.850**	**25.754**
PLA de nível 2	**611**	**493**
PLA de nível 3	**22**	**73**
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	**26.483**	**26.320**
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)	**26.483**	**26.320**
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	**0**	**0**
b) Capital de risco (CR)	**6.243**	**4.383**
(+)Capital adicional de risco de subscrição	1.198	1.222
(+)Capital adicional de risco de crédito	2.980	1.702
(+)Capital adicional de risco operacional	16	16
(+)Capital adicional de risco de mercado	4.053	2.893
(-)Benefício da correlação entre os capitais	(2.004)	(1.450)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	**6.243**	**4.383**
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	6.243	4.383
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	**20.240**	**21.937**

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	338	420
Equivalente de caixa (i)	2.533	19.385
	2.871	19.805

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2023		2022	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento (i)				
LFS PRE ELEG NIVEL II	-	-	919	919
SANTANDER RT RF DI	2.157	2.157	-	-
ITAU RESTEC TP RF	2.993	2.993	1.789	1.789
XP RESERVA TECNICA FI RF	4.609	4.609	8.881	8.881
Total das quotas de fundos	9.759	9.759	11.589	11.589
Total de aplicações	9.759	9.759	11.589	11.589
Circulante	9.759	9.759	11.589	11.589
Total de aplicações	9.759	9.759	11.589	11.589

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2023		2022	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de Mercado**
FIDC GREEN				
SOLFACIL V	534	534	0	0
FIDC GREEN SOLFACIL	827	827	0	0
ANGA SABEMI VII	5.871	5.871	0	0
PRASS FIDC II	859	859	1.838	1.838
Total de títulos disponíveis para venda	8.091	8.091	1.838	1.838
Total das aplicações	8.091	8.091	1.838	1.838
Circulante	8.091	8.091	1.838	1.838
Não circulante	-	-	-	-
Total das aplicações	8.091	8.091	1.838	1.838

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2023	2022
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	9.759	11.589
	9.759	11.589

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

• (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2023	2022
	Nível 2	**Nível 2**
Ativos Mensurados ao Valor Justo		
Títulos para Negociação		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	9.759	11.589
Cotas de outros Fundos	8.091	1.838
Total	17.850	13.427
Circulante	17.850	13.427
Não circulante	-	-
Total	17.850	13.427

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

As aplicações são compostas de 55% de Cotas de fundos investimentos (2022 – 86%) e 45% de Cotas de FIDC e de outros Fundos de investimento (2022 – 14%).

(e) Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	13.427	20.310
Aplicações	15.802	1.890
Resgates	(13.449)	(10.670)
Rendimentos	2.070	1.897
Saldo final	17.850	13.427
Circulante	17.850	13.427
Não circulante	-	-

(f) Créditos das operações com previdência complementar

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2023	2022
Contribuições a receber (i)	1.072	1.083
	1.072	1.083

(i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes.

Movimentação de contribuições a receber

	2023	2022
Saldo inicial	1.083	1.288
(+) Contribuições Emitidas	7.938	8.405
(-) Contribuições canceladas	(1.334)	(1.969)
(-) Recebimentos	(6.615)	(6.641)
Saldo final	1.072	1.083

Composição por idade

As composições de créditos de operações de previdência (contribuições a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2023			2022		
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 365 dias	Total
Contribuições a receber	636	436	1.072	645	438	1.083
Provisão para riscos sobre crédito	-	-	-	-	-	-
Saldo	636	436	1.072	645	438	1.083

Continua...